



FEPEG

FÓRUM DE ENSINO,
PESQUISA, EXTENSÃO
E GESTÃO

TRABALHOS CIENTÍFICOS APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DEBATES MINICURSOS E PALESTRAS

23 A 26 SETEMBRO DE 2015
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

ISSN 1806-549X

A HUMANIZAÇÃO NA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



ANÁLISE DOS CRIMES CONTRA A HUMANIDADE DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA E A LEI DE ANISTIA

Autor(es): Daniela Vieira Martins, ANGÉLICA GONÇALVES PEREIRA

ANÁLISE DOS CRIMES CONTRA A HUMANIDADE DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA E A LEI DE ANISTIA

Objetivo: Analisar a lei de anistia e os fatores que contribuíram para a impunidade dos crimes contra a humanidade. **Metodologia:** O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, partindo de teorias e leis gerais para a ocorrência de fenômenos específicos. Utilizou-se também o método histórico, analisando acontecimentos do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje. **Resultado:** Através da pesquisa realizada, verifica-se que a lei de anistia afronta diretamente os atuais preceitos constitucionais, uma vez que os militares responsáveis por diversos crimes contra a humanidade ainda não foram punidos. **Conclusão:** A lei da anistia foi uma forma para que os militares pudessem garantir a impunidade contra os abusos cometidos. O Brasil, embora sendo contra qualquer tipo de apoio aos crimes praticados durante a ditadura militar, vem, de certo modo, descumprindo o que está previsto nos Tratados Internacionais, haja vista o fato de ter concedido anistia aos criminosos praticantes de torturas e assassinatos. Isso posto, chega-se a conclusão de que a lei de anistia deve ter sua aplicabilidade revogada, ou no mínimo alterada e os agentes responsáveis devem ser punidos criminalmente por seus delitos.